


## **MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO NO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO POPULAR E DO PAPEL DOS GRUPOS VULNERÁVEIS NA TOMADA DE DECISÕES POLÍTICAS LOCAIS**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-442>

**Data de submissão:** 30/04/2025

**Data de publicação:** 30/05/2025

### **Fabian Serejo Santana**

Professor/Pesquisador Unitins. Doutorando do Programa De Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Do Tocantins – PPGDR/UFT. Professor do curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins - Unitins. Tocantins, Brasil.

Orcid: nº 0000-0002-8936-987X

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9873760389006598>

E-mail: [fabianserejo@gmail.com](mailto:fabianserejo@gmail.com)

### **Anderson Miranda**

Estudante do Curso de Direito da UNITINS.

Orcid: Nº 0009-0000-9518-6095

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2820119070001784>

E-mail: [andymiranda@unitins.br](mailto:andymiranda@unitins.br)

### **Sara Brigida Farias Ferreira**

Professora/Pesquisadora Unitins. Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM), pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Professora do curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins - Unitins. Tocantins, Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6588-2305>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9477160915420773>

E-mail: [sara\\_farias@hotmail.com](mailto:sara_farias@hotmail.com)

### **Paulo Benincá**

Professor/Pesquisador Unitins. Doutorando do Programa de Doutorado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos - Esmat/UFT. Professor do curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e da Universidade Católica do Tocantins, Brasil.

Orcid: nº 0000-0002- 2339-9697

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7954663622045296>

E-mail: [paulo.b@unitins.br](mailto:paulo.b@unitins.br)

## **RESUMO**

O estudo analisou os mecanismos de participação popular no legislativo municipal de Paraíso do Tocantins, com foco na inclusão de grupos vulneráveis nas decisões políticas locais. A pesquisa documental revelou uma baixa participação popular, destacando a necessidade de aprimorar os instrumentos para facilitar o envolvimento desses grupos no processo decisório. Foram propostas melhorias que visam democratizar o acesso à informação política e promover uma participação mais equitativa. Esta pesquisa oferece dados inéditos, quantitativos e qualitativos, que podem auxiliar na formulação de políticas públicas mais inclusivas, além de contribuir para a bibliografia especializada.

Os resultados estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 e 11, focados em reduzir desigualdades e promover cidades inclusivas e sustentáveis.

**Palavras-chave:** Democracia. Participação popular. Paraíso do Tocantins. Controle social.

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo analisar os mecanismos de participação popular no legislativo municipal de Paraíso do Tocantins, com especial atenção à inclusão de grupos vulneráveis nas decisões políticas locais. Seu escopo e relevância ancoram-se na reflexão sobre o princípio da soberania popular, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que afirma que “todo o poder emana do povo” (Brasil, 1988). No entanto, a participação efetiva da população nos processos democráticos ainda enfrenta inúmeros desafios, especialmente no que diz respeito às barreiras enfrentadas por grupos minoritários.

A baixa participação popular no município de Paraíso do Tocantins, evidenciada a partir da análise das atas das sessões ordinárias dos primeiros três anos da atual legislatura, reflete a limitação enfrentada por esses grupos no acesso aos espaços de decisão política. O legislativo municipal é predominantemente composto por homens, com apenas quatro mulheres entre os treze vereadores, representando cerca de 30% do total, um dado que contrasta com a realidade nacional, onde 51,5% da população é composta por mulheres (IBGE, 2022). Esse desequilíbrio de gênero, comum em muitas câmaras municipais do Brasil (Kerbaui, 2005, p. 340), restringe a representatividade e a inclusão de diversas perspectivas nas decisões políticas locais.

Além da disparidade de gênero, a pesquisa também considerou o perfil étnico-racial dos vereadores, onde cinco se autodeclararam brancos e oito pardos, conforme o Tribunal Superior Eleitoral (2020). Embora haja uma considerável representatividade racial, outros grupos, como a comunidade LGBTQ+, enfrentam severas exclusões, conforme indicam os dados do Grupo Gay da Bahia (2023), que apontam o Brasil como o país com o maior número de homicídios contra membros desse grupo em 2023.

Este estudo visa, portanto, compreender as dinâmicas de exclusão e propor melhorias que tornem os mecanismos de participação mais inclusivos e eficazes. Ao fazer isso, busca-se promover uma representação mais equitativa e participativa no governo local, alinhando-se com os princípios estabelecidos na Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Étnicas, Religiosas e Linguísticas, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1992, que reafirma a importância da cooperação internacional na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos (Nações Unidas, 1992). Inferiu-se que compreender e aprimorar esses mecanismos é essencial para avançar em direção a uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Identificando e propondo melhorias, este estudo pretende fornecer contribuições significativas para a construção de uma prática democrática que reflita genuinamente a diversidade da população.

A metodologia utilizada neste estudo combinou uma revisão bibliográfica, essencial para fundamentar as proposições teóricas e metodológicas, com uma pesquisa documental, que incluiu a análise detalhada de vídeos das sessões legislativas e documentos oficiais. Essa abordagem permitiu a construção de um panorama baseado em dados oficiais, fundamental para avaliar a eficácia dos mecanismos de participação popular atualmente em vigor. (Este último parágrafo será mais detalhado na seção de Metodologia, mas é praxe apresentar um breve resumo metodológico na introdução).

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo foi conduzido com base em uma abordagem metodológica mista, integrando pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise de conteúdo para alcançar os objetivos propostos de investigar os mecanismos de participação popular no legislativo municipal de Paraíso do Tocantins. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu em três etapas metodológicas principais: a revisão da literatura, a coleta e organização dos dados documentais, e a análise e interpretação dos dados.

### 2.1 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura foi realizada com o objetivo de contextualizar a pesquisa no quadro teórico existente, identificar lacunas no conhecimento e fundamentar as escolhas metodológicas empregadas neste estudo. Essa revisão envolveu uma busca sistemática e crítica em bases de dados acadêmicas, como *Scopus*, *Web of Science*, SciELO e Google Scholar, utilizando descritores específicos relacionados aos temas centrais da pesquisa, tais como "participação popular", "democratização brasileira", "legislativo municipal", "grupos vulneráveis" e "minorias". O processo de seleção das fontes seguiu critérios de inclusão e exclusão. Foram priorizadas publicações dos últimos dez anos para garantir a atualidade das referências, e o impacto acadêmico das fontes foi avaliado com base no fator de impacto das revistas e no número de citações dos artigos. Livros, artigos científicos, teses e dissertações que tratassem diretamente dos temas abordados foram incluídos, enquanto estudos que não apresentavam ligação direta com o contexto brasileiro ou que abordavam o tema de maneira tangencial foram excluídos. Além das bases de dados mencionadas, a revisão também incorporou uma análise de livros e documentos de referência que contribuíram para uma compreensão mais ampla e profunda dos conceitos envolvidos na participação popular e na inclusão de grupos vulneráveis no processo legislativo. Esta abordagem permitiu não apenas a identificação de lacunas teóricas, mas também a construção de um embasamento sólido para a análise dos dados empíricos coletados na pesquisa documental subsequente.

## 2.2 PESQUISA DOCUMENTAL E COLETA DE DADOS

A pesquisa documental foi um componente central deste estudo, permitindo a análise de contextos e variáveis complexas, conforme destacado por autores como Saldaña (2015) e Maxwell (2012) para estudos sociais. As fontes primárias analisadas incluíram atas das sessões ordinárias e itinerantes, relatórios, legislações e pareceres emitidos pela Câmara Municipal de Paraíso do Tocantins. Adicionalmente, foram utilizados documentos fornecidos pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos de Paraíso do Tocantins, referentes às associações registradas.

A coleta de dados envolveu também a observação direta de 150 vídeos das sessões legislativas da legislatura atual (2021-2023), obtidos por meio do canal oficial da Câmara no YouTube, com o objetivo de identificar o perfil dos participantes e as principais reivindicações apresentadas. Foram examinadas 143 atas de sessões ordinárias e 8 atas de sessões itinerantes, excluindo-se 23 sessões solenes de entrega de moções de aplauso e as sessões extraordinárias, que não contemplam a Tribuna Livre. Desafios como problemas de áudio ou indisponibilidade de vídeos foram documentados, e em casos de inconsistência, procedeu-se à consulta junto à Diretoria de Atividades Parlamentares da Câmara Municipal para correção e análise do material correto. O Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas forneceu uma lista de associações, sindicatos e fundações registradas, cuja análise demandou contagem manual. Todas as etapas da pesquisa foram supervisionadas pelo professor orientador, com reuniões periódicas para assegurar a consistência das análises.

## 2.3 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados foram analisados na perspectiva da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). Essa abordagem foi escolhida por sua capacidade de sistematizar e interpretar de maneira rigorosa e aprofundada os dados obtidos nas sessões da Tribuna Livre, nos documentos legislativos e nos registros das associações participantes. Segundo a proposta metodológica de Bardin (2016), a análise de conteúdo consiste na aplicação de técnicas sistemáticas e objetivas voltadas para a descrição das mensagens, com o intuito de extrair indicadores — sejam eles quantitativos ou qualitativos — que possibilitem inferências sobre as circunstâncias em que as mensagens foram produzidas ou recebidas.

No presente estudo, essa metodologia permitiu uma organização clara dos dados, facilitando a identificação de barreiras e facilitadores da participação popular, especialmente entre grupos vulneráveis. A abordagem seguiu as três fases cronológicas principais descritas por Bardin (2016):

1. **Pré-análise:** Nesta fase, realizou-se a organização do material a ser analisado, com uma

leitura flutuante do corpus (atas, transcrições de vídeos, documentos). Procedeu-se à formulação de hipóteses e objetivos mais precisos e à elaboração de indicadores para fundamentar a interpretação final. Foi o momento de tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais.

2. **Exploração do material:** Esta fase consistiu essencialmente em operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. Os dados foram codificados e categorizados em temas-chave emergentes da leitura e dos objetivos da pesquisa, como "barreiras de participação", "demandas dos movimentos sociais", "representação feminina", "infraestrutura", "saúde", entre outros. As unidades de registro (temas) foram definidas e a categorização buscou agrupar elementos sob um título genérico em razão dos caracteres comuns destes elementos.
- 3 **Tratamento dos resultados, inferência e interpretação:** Nesta última etapa, os dados brutos foram tratados de maneira a se tornarem significativos e válidos. Realizaram-se operações estatísticas simples (como contagens de frequência para os gráficos) e, principalmente, a inferência e a interpretação dos dados categorizados. As informações foram condensadas e destacadas, permitindo inferências sobre as dinâmicas de participação popular, as preocupações centrais da população que acessou a Tribuna Livre e as lacunas existentes na inclusão de grupos minoritários nas decisões políticas locais. A interpretação buscou articular os resultados com o referencial teórico e os objetivos da pesquisa.

### 3 RESULTADOS

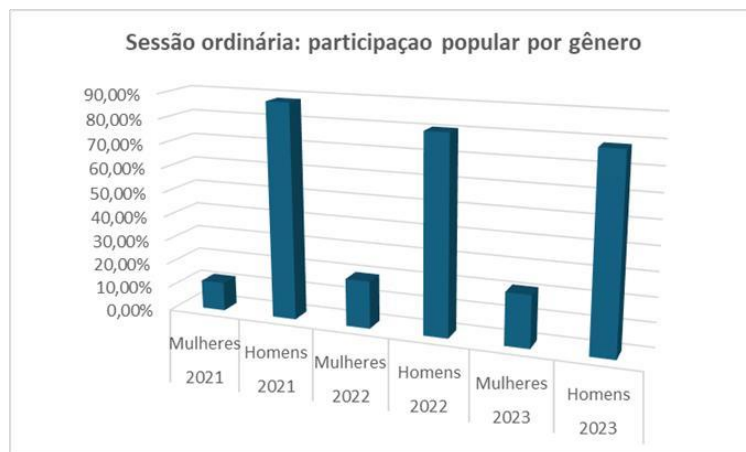
A análise dos dados coletados a partir das atas e vídeos das sessões legislativas da Câmara Municipal de Paraíso do Tocantins, no período de 2021 a 2023, permitiu identificar padrões e tendências na participação popular e nas demandas apresentadas, com foco nos mecanismos da Tribuna Livre e na representatividade de diferentes segmentos sociais.

#### 3.1 PERFIL DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA TRIBUNA LIVRE EM PARAÍSO DO TOCANTINS

A pesquisa revelou que a participação dos grupos sociais organizados na Tribuna Livre é, de maneira geral, baixa. Essa ausência de engajamento é particularmente notada entre grupos historicamente marginalizados, como mulheres, minorias étnicas e a comunidade LGBTQ+.

No que tange à participação por gênero na Tribuna Livre, os dados levantados ratificam estudos como o de Araujo (2023), indicando uma disparidade significativa. Conforme ilustrado no Gráfico 1, a participação feminina foi substancialmente inferior à masculina nas sessões ordinárias analisadas entre 2021 e 2023.

**Gráfico 1:** Participação popular nas sessões de 2021-2023 – Sessão ordinária: participação popular por gênero



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em atas e vídeos, 2021-2023.

No entanto, uma melhora foi observada nas sessões itinerantes de 2023. Conforme o Gráfico 2, a participação feminina aumentou para 37,5% nessas ocasiões. Este aumento sugere que o formato itinerante, por ser realizado diretamente nas comunidades e em horários potencialmente mais acessíveis, pode facilitar o engajamento feminino.

**Gráfico 2:** Participação popular nas sessões itinerantes de 2023



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em atas e vídeos, 2023.

Apesar do avanço nas sessões itinerantes, a participação feminina geral ainda se mostra aquém do ideal. Um ponto crítico identificado foi a ausência de dados sobre a identidade de gênero dos



participantes nas atas das sessões, dificultando uma análise mais aprofundada da diversidade. Mesmo com a disponibilidade da Tribuna Livre em todas as sessões ordinárias e itinerantes, a participação geral manteve-se baixa, questionando a eficácia do mecanismo em promover uma participação popular efetiva e ampla.

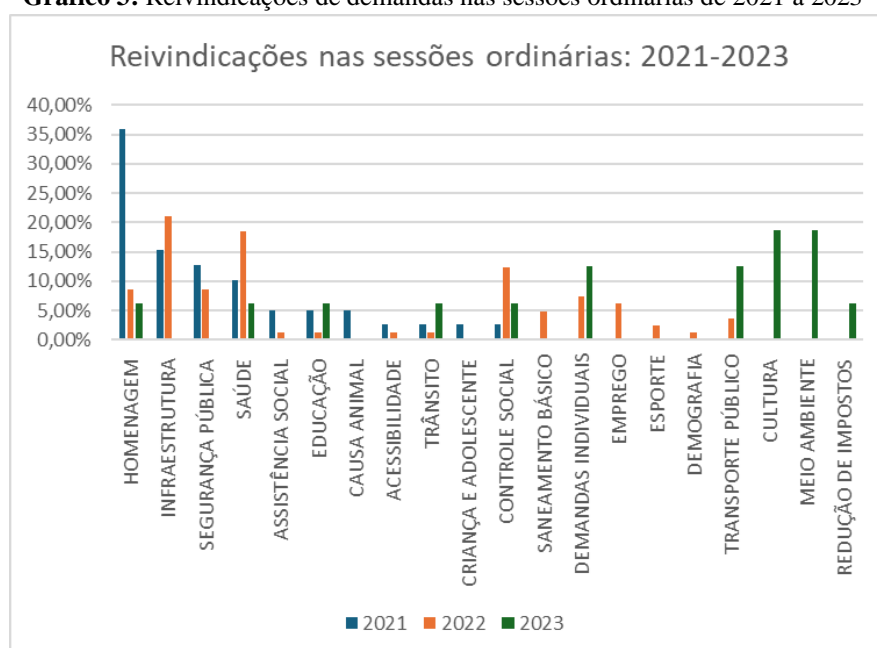
### 3.2 ANÁLISE DAS REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS NA TRIBUNA LIVRE

A análise das sessões da Tribuna Livre entre 2021 e 2023 permitiu traçar um panorama das principais reivindicações apresentadas.

#### 3.2.1 Demandas na Tribuna Livre das sessões ordinárias

As demandas específicas das sessões ordinárias (Gráfico 3) demonstram uma evolução nas preocupações dos participantes. Em 2021, as homenagens representaram a maior parte das demandas. Nos anos subsequentes, observou-se uma diminuição das homenagens e um aumento das demandas relacionadas à infraestrutura e saúde. A preocupação com a segurança pública, apesar de flutuações, permaneceu constante. A baixa participação feminina em 2021 refletiu-se na predominância de demandas associadas a questões tradicionalmente vistas como masculinas. Demandas mais amplas, como educação e assistência social, continuaram menos priorizadas.

**Gráfico 3:** Reivindicações de demandas nas sessões ordinárias de 2021 a 2023



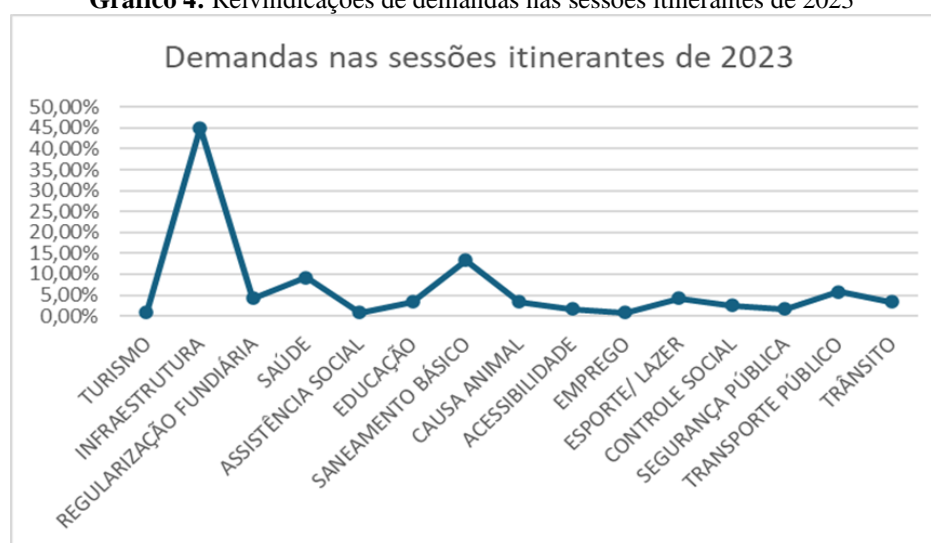
**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em vídeos, 2021-2023.



### 3.2.2 Demandas na Tribuna Livre das sessões itinerantes

Nas sessões itinerantes de 2023 (Gráfico 4), as demandas apresentaram uma dinâmica diferente, com foco em questões mais diretamente ligadas às necessidades locais. Demandas por infraestrutura, saneamento básico e saúde predominaram, refletindo as preocupações imediatas das comunidades. O formato itinerante também facilitou uma maior diversidade de demandas, incluindo questões como esporte/lazer e transporte público, menos abordadas nas sessões ordinárias.

**Gráfico 4:** Reivindicações de demandas nas sessões itinerantes de 2023



**Fonte:** Elaborada pelo autor com base em vídeos, 2023.

Contudo, mesmo nas sessões itinerantes, persistiu a ausência de participação significativa de grupos organizados em defesa de minorias, como negros e LGBTQIA+.

### 3.3 PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS SOCIAIS ORGANIZADOS E INICIATIVA POPULAR

Entre 2021 e 2023, a participação de grupos sociais organizados na Tribuna Livre da Câmara Municipal de Paraíso do Tocantins foi limitada a poucas entidades, como a Comunidade Terapêutica Jovens de Valor, o Conselho Municipal de Assistência Social, o Conselho Tutelar, a Liga Feminina de Combate ao Câncer, a Associação de Moradores de Vila Santana, a Associação de Moradores de Santa Rosa e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Paraíso do Tocantins. Este número é consideravelmente pequeno em comparação ao total de 393 associações registradas no município, conforme informações do Cartório de Registros e Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos de Paraíso do Tocantins, revelando uma desconexão entre o potencial de mobilização e a participação efetiva.

Ademais, um achado relevante foi a completa ausência de registro de iniciativas populares na legislatura atual em Paraíso do Tocantins, apesar de ser uma ferramenta legal fundamental para a participação direta da sociedade na formulação de leis, conforme previsto no Art. 14, inciso III, da Constituição Federal (Brasil, 1988).

## **4 DISCUSSÃO**

Os resultados apresentados revelam um panorama complexo da participação popular no legislativo de Paraíso do Tocantins, marcado por uma subutilização dos mecanismos formais e por persistentes desigualdades no acesso e representação de diferentes grupos sociais. Esta seção visa interpretar esses achados à luz do referencial teórico e de estudos anteriores, aprofundando a análise das dinâmicas de exclusão e das limitações dos instrumentos participativos.

### **4.1 BARREIRAS ESTRUTURAIS E CULTURAIS À PARTICIPAÇÃO EFETIVA**

A significativa disparidade de gênero na participação popular, evidenciada pela substancialmente menor presença feminina na Tribuna Livre (Gráficos 1 e 2), transcende a mera estatística e reflete barreiras históricas e institucionais profundamente enraizadas. Conforme discute Carone (2018) ao analisar o movimento feminista e a promulgação da Lei Maria da Penha, a atuação de movimentos sociais no parlamento enfrenta obstáculos que limitam seu acesso à arena institucional. A sub-representação feminina em Paraíso do Tocantins, mesmo com o leve aumento nas sessões itinerantes, ecoa essa limitação, sugerindo que, para além da disponibilidade formal dos canais, persistem estruturas sociais e culturais que restringem o engajamento político das mulheres. A observação de Araujo (2023) sobre a sub-representação abissal de mulheres em cargos de liderança, apesar de serem maioria no eleitorado, corrobora a urgência de transformar essas estruturas para garantir uma participação equitativa.

A vulnerabilidade de grupos minoritários, destacada pela baixa representatividade de suas pautas e pela participação quase inexistente de organizações LGBTQIA+ e de defesa de minorias étnicas, encontra respaldo na definição de Paula et al. (2017). Estes autores caracterizam minorias como grupos não dominantes que partilham características distintas da maioria ou que são considerados inferiores e alvo de discriminação (Paula et al., 2017, p. 3842). A ausência de um estatuto específico para a comunidade LGBT, por exemplo, como apontado pelos mesmos autores, acentua sua vulnerabilidade, o que se reflete na escassa participação desse grupo nas sessões legislativas de Paraíso do Tocantins. Este cenário é agravado pelos dados do Grupo Gay da Bahia

(2023), que situam o Brasil como um país de alta violência contra essa comunidade, indicando um contexto social hostil que certamente desestimula a participação política.

A fragmentação partidária e a desconexão entre cidadãos e o processo político, identificadas por Kinzo (2001) como desafios à democracia brasileira, também ressoam nos achados em Paraíso do Tocantins. Kinzo (2001, p. 9-10) argumenta sobre problemas na qualidade da contestação pública e no funcionamento efetivo do processo decisório democrático. A baixa adesão à Tribuna Livre e a ausência de iniciativas populares podem ser interpretadas como manifestações dessa desconexão, onde os cidadãos, possivelmente descrentes ou alheios aos mecanismos, não os utilizam para expressar suas demandas ou influenciar as políticas locais.

A persistência da exclusão de certos grupos pode ser compreendida através da lente da "subcidadania", conceito explorado por Souza (2018). Este autor analisa como hierarquias sociais, reforçadas por uma modernização seletiva, perpetuam desigualdades e limitam o acesso de grupos marginalizados aos direitos fundamentais, incluindo a participação política. A baixa participação de grupos sociais organizados, especialmente aqueles que representam a "ralé brasileira" (Souza, 2018) – historicamente excluída das esferas de poder –, na Tribuna Livre de Paraíso do Tocantins ilustra essa dinâmica de subcidadania, onde a cidadania plena não é estendida a todos.

#### 4.2 LIMITAÇÕES DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO EXISTENTES

Apesar da formalidade da Tribuna Livre como canal de participação, sua baixa utilização geral e a limitada diversidade de vozes que a acessam questionam sua real eficácia em promover um engajamento cívico amplo e representativo. Os dados sugerem que, embora o mecanismo exista, ele não é suficientemente atrativo, acessível ou percebido como influente pela maioria da população e dos grupos organizados. A predominância de demandas por infraestrutura e segurança, especialmente nas sessões itinerantes, embora legítimas, pode também indicar que questões mais estruturais ou relativas aos direitos de minorias não encontram espaço ou prioridade nesse fórum.

A completa ausência de iniciativas populares (BRASIL, 2017) durante o período analisado é particularmente alarmante. Este mecanismo, concebido para permitir a participação direta da sociedade na proposição de leis, permanece inexplorado em Paraíso do Tocantins. Tal ausência pode ser atribuída a múltiplos fatores, desde o desconhecimento da população sobre esse direito, a complexidade percebida para sua mobilização, até a própria alienação política discutida por Kinzo (2001). A não utilização da iniciativa popular representa uma oportunidade perdida para o fortalecimento da democracia local e para a construção de políticas públicas mais alinhadas com as necessidades e anseios da população. O período pós-Constituição de 1988, que segundo Kinzo (2001)

ampliou as condições de contestação pública, parece não ter se traduzido, no contexto local, no pleno aproveitamento de todos os instrumentos democráticos disponíveis.

#### 4.3 CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS INCLUSIVAS

A análise das dinâmicas de participação em Paraíso do Tocantins e a identificação das lacunas na inclusão de grupos vulneráveis alinham-se diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Especificamente, os resultados dialogam com o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), que defendem a participação plena e igualitária de todas as pessoas na sociedade, sem distinção de idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, crença, situação econômica ou qualquer outra condição. A promoção de uma participação mais equitativa e a garantia de que as vozes de grupos vulneráveis sejam ouvidas no processo decisório local são passos cruciais para alcançar esses objetivos. Ademais, os princípios da Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Étnicas, Religiosas e Linguísticas (Nações Unidas, 1992), que enfatizam a proteção e promoção dos direitos dessas minorias, incluindo sua participação efetiva na vida pública, reforçam a necessidade de aprimorar os mecanismos de inclusão no município.

A superação das barreiras identificadas exige um esforço concertado que vá além da mera disponibilização de canais formais, envolvendo a promoção de uma cultura de participação, a capacitação de lideranças comunitárias, a simplificação e divulgação dos mecanismos existentes e, fundamentalmente, o compromisso das instituições em ouvir e incorporar as demandas populares no ciclo de políticas públicas.

### 5 CONCLUSÃO

Este estudo se propôs a analisar os mecanismos de participação popular no legislativo municipal de Paraíso do Tocantins, com ênfase na inclusão de grupos vulneráveis. Os resultados confirmaram a hipótese inicial de uma participação consideravelmente baixa, revelando que a Tribuna Livre, um dos principais canais de engajamento cidadão, foi subutilizada durante o período analisado. A maioria dos usuários deste instrumento não representava movimentos sociais organizados, indicando uma fraca mobilização desses grupos na cidade e um distanciamento entre a população e o poder legislativo local. Seja por inatividade, falta de estímulo, desconhecimento ou outros fatores, o engajamento cívico necessário para o fortalecimento da democracia local mostrou-se deficiente.

A predominância masculina nos espaços de fala pública emergiu como um achado crítico, sublinhando a urgente necessidade de políticas públicas que promovam ativamente a participação feminina. A inclusão efetiva das mulheres, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas demandas representadas, é crucial para uma democracia mais representativa e equitativa. Contudo, a análise das demandas também revelou uma baixa representatividade das diversas camadas da sociedade, especialmente das minorias historicamente discriminadas, cujas pautas raramente figuraram nas discussões da Tribuna Livre.

A ausência de iniciativas populares durante o período analisado reforça a percepção de que os mecanismos de participação direta não estão sendo plenamente explorados pela população de Paraíso do Tocantins. Essa lacuna sugere um possível desconhecimento sobre essa ferramenta legítima de participação ou uma desmotivação para sua utilização, o que impede que a Câmara Municipal se consolide efetivamente como a "casa do povo".

Para que uma democracia efetiva se fortaleça no município, é fundamental que a sociedade participe ativamente da vida política. Isso transcende a mera utilização dos mecanismos existentes, como a Tribuna Livre e a iniciativa popular, englobando a organização e mobilização dos movimentos sociais para representar os interesses dos diversos grupos populacionais. Conforme sugere Kerbauy (2005) ao citar Ávila Filho (2004), o legislativo deve estar atento às preferências dos eleitores e utilizar instrumentos que fortaleçam suas redes políticas e o diálogo com a população.

Os achados deste estudo apontam para a necessidade de modernização e maior transparência nas operações da Câmara Municipal de Paraíso do Tocantins. A indisponibilidade de atas de sessões e da ordem do dia em seu portal na internet dificulta o acesso da população às informações e, conseqüentemente, à participação. A implementação de formulários que permitam a coleta de dados sociodemográficos dos participantes da Tribuna Livre, como sexo e gênero, seria um passo importante para monitorar e promover uma experiência mais inclusiva.

Em suma, para além de identificar as lacunas, este estudo sugere caminhos para o aprimoramento dos mecanismos de participação. Recomenda-se que a Câmara Municipal invista na divulgação da Tribuna Livre, adote medidas para incentivar a participação de grupos minoritários, incluindo programas de capacitação para líderes comunitários, e modernize suas ferramentas de participação através da digitalização e maior transparência. A promoção de uma inclusão mais ativa das mulheres nos espaços de fala é igualmente imperativa. Tais medidas podem contribuir significativamente para a consolidação de uma democracia mais inclusiva e representativa no município, alinhada com os anseios por justiça social e desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Gabriela Shizue Soares de. Participação feminina no legislativo: avanços e desafios no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 101- 125, 2023.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 abr. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS. **[Vídeos das sessões legislativas de 2021]**. YouTube, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/results?search\\_query=camara+municipal+de+paraíso+do+to+cantins](https://www.youtube.com/results?search_query=camara+municipal+de+paraíso+do+to+cantins). Acesso em: 05 jan. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS. **[Vídeos das sessões legislativas de 2022]**. YouTube, 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/results?search\\_query=camara+municipal+de+paraíso+do+to+cantins](https://www.youtube.com/results?search_query=camara+municipal+de+paraíso+do+to+cantins). Acesso em: 15 jan. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS. **[Vídeos das sessões legislativas de 2023]**. YouTube, 2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/results?search\\_query=camara+municipal+de+paraíso+do+to+cantins](https://www.youtube.com/results?search_query=camara+municipal+de+paraíso+do+to+cantins). Acesso em: 25 jan. 2024.

CARONE, Renata R. **A atuação do movimento feminista no legislativo federal: caso Lei Maria da Penha**. Lua Nova, São Paulo, n. 105, p. 181–216. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas. 2003.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Observatório 2023 de mortes violentas de lgbt+ no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf>. Acesso em: 25 de abr. de 2024.

KERBAUY, Maria T. M. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, p. 337-365, 2005.

KINZO, Maria D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 3-12. 2001.

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 3. e. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Os Direitos das Minorias**. Lisboa, out 2008. Disponível em: [https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha\\_informativa\\_18\\_direitos\\_minorias.pdf](https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha_informativa_18_direitos_minorias.pdf). Acesso em: 3 de mai. De 2024.

PAULA, Carlos; SILVA, Ana; BITTAR, Cléria. Vulnerabilidade legislativa de grupos minoritários. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.I]: vol. 22, núm. 12, p. 3841-3848. 2017.

PEDRA, Adriano S. Participação popular no poder local: o papel do cidadão no aprimoramento das decisões do executivo e do legislativo municipal. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n 100, p. 29-56, jan./jun. 2010.

SALDAÑA, J. The Coding Manual for Qualitative Researchers. 3. ed. Thousand Oaks, CA: **Sage Publications**, 2015. ISBN 978-1473902497.

SOUZA, Jessé. **A Classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. 2020. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/home>. Acesso em: 11 de mai. 2024.